

**CURSO DE PSICOLOGIA**

Jossana Liessen Nunes

**“EDUCAÇÃO INCLUSIVA, UM OLHAR PARA A SUBJETIVIDADE: ANÁLISE DOS  
DISCURSOS PRODUZIDOS PELO PORTAL G1.COM”**

Santa Cruz do Sul

2017

Jossana Liessen Nunes

**“EDUCAÇÃO INCLUSIVA, UM OLHAR PARA A SUBJETIVIDADE: ANÁLISE DOS  
DISCURSOS PRODUZIDOS PELO PORTAL G1.COM”**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul para a obtenção do título de graduanda em Psicologia.

Orientadora: Prof. Gabrielly da Fontoura Winter

Santa Cruz do Sul

2017

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus, foi na fé e nas orações que muitas vezes busquei alento durante a caminhada.

Dedico esta etapa da minha vida a algumas pessoas muito especiais, que hoje já não se encontram de corpo presente, mas que passaram por mim e conseqüentemente deixaram suas marcas. Ao pensar em cada uma delas, me recordo com muita afeição tudo que vivemos, e todos os votos que cada uma delas dedicava a mim, com isso, faz com neste momento eu lhes dedique todo meu carinho e agradecimento por nossas experiências compartilhadas. vivemos uma caminhada linda e cheia de afetos!

Vivendo este momento de mistura de sentimentos, frente a desejos e encantamentos, não tenho como não agradecer a vocês: Pai e Mãe.

Sou grata por tornarem possível a realização deste sonho. Vivemos uma história, onde nos gestos demonstramos preocupação, cuidado e afeto.

Foram vocês que deram o suporte primordial, colaborando de forma ímpar nesta longa caminhada, dando apoio e atenção nas horas desconforto, cada um com seu jeito, colaborou de forma singular.

Aos meus irmãos, amigos, namorado e demais familiares, que sempre entenderam minha ausência, nos momentos onde a companhia era de ser compartilhada, tenho imenso carinho por todos, pois sei que sempre entenderam meu afastamento e compreenderam que ele era necessário, e que não mediram esforços para me auxiliar sempre que solicitado.

A minha orientadora Gabrielly da Fontoura Winter, que se fez presente durante todo tempo, pelas orientações, pelo apoio e incentivo prestado, se colocando sempre à disposição para que em nenhum momento eu me sentisse desamparada, com certeza tua presença foi de suma importância nesta etapa.

Deixo aqui o meu muito obrigado a todos, sem vocês tudo ficaria mais denso e menos prazeroso. É indispensável ter vocês!

## RESUMO

Quando se pensa em ambiente escolar e educação inclusiva, logo é pensado nas políticas que visam tais direitos. O presente trabalho se detém a reflexões frente como aparecem na mídia os discursos que visam à inclusão e dispõe de reflexões sobre as leis que determinam a garantia de tais direitos e às práticas exercidas. A coleta de dados foi realizada na internet, mais precisamente no site G1.com, foram utilizadas como palavras chaves, educação, escola, deficiência e inclusão. Realizou-se um recorte de tempo, o mesmo definido pelos meses de dezembro de 2016 a março de 2017, para melhor desenvolvimento da análise. Os estudos realizados no viés da educação inclusiva compreendem a mesma como um progresso do desenvolvimento social e que executa uma aproximação de vários personagens, em uma construção cotidiana, visando propostas educacionais e práticas pedagógicas para alcançar as dificuldades apresentadas no cenário escolar. No decorrer do mesmo foi utilizado como sustentação teórico metodológica os estudos pós estruturalistas, dentre eles as contribuições de Rech, Hillesheim, Veiga-Neto, Lopes entre outros, primeiramente relacionando às políticas públicas, tendo a educação como um processo de socialização, do qual possibilita o desenvolvimento dos sujeitos como pertencentes a uma sociedade. Na contemporaneidade as políticas buscam uma forma de verdade, esta resultante de regras, que visam discutir a maneira com o qual a inclusão vem sendo trabalhada, e o quão difuso e ampliado é o discurso sobre tal. Apesar de fazer menção de como vem se dando este processo, tem-se por finalidade a interpretação dos conteúdos trazidos pelos editores, e questiona-se se o que é apresentado nos dados obtidos é de fato inclusão, ou se estaria mais aproximado de uma integração/inclusão. Ao se pensar na estrutura delineada e almejada para a inclusão, se faz presente a adequação de mudanças necessárias no sentido de se fazer efetivar a inclusão do deficiente no âmbito escolar. Que se encontra em constante desafio para alcançar a integridade à diversidade, visando uma inclusão de fato, que seja efetiva e de forma harmoniosa.

**Palavras-chaves:** Mídia. Inclusão. Deficiente. Educação.

## **ABSTRACT**

Thinking about the school environment and inclusive education leads us to think about the policies that address such rights. This work aims to reflect on how speeches that focus on inclusion appear in the media and reflexes on the laws that determine the guarantees of such rights and the exercised practices. The data collection was executed on the internet, more precisely at the G1 website. The key words used were education, school, disability and inclusion. For the best possible analysis, a timeframe from December/2016 to March/2017 was used. The studies carried out in the inclusive education field comprise it as the progress of the social development that executes an approach of various characters, in a daily format, aiming at educational and pedagogical practices in order to get to the difficulties that the school environment presents us. In the course of the study, methodological support and post-structuralism studies were used, where contributions from Rech, Hillesheim, Veiga-Neto are among them, initially relating to public policies, in order think about the determination of human rights, having education as a process of socialization, from which the development of the subjects belonging to a company are allowed. At the present time, policies seek a form of truth that results of rules which aim to discuss the way inclusion has been practiced, and how diffused and expanded it is. Even though mention is made on how this process has been worked on, the aim is to interpret the content brought by publishers and to question whether what is presented in the data obtained is actually inclusion or if that would be closer to an integration/inclusion. When thinking about the structure outlined and aimed at inclusion, the adequacy of necessary changes is made present in the sense of making the inclusion of the disabled in the school context. That it is in constant challenge to achieve integrity to diversity, aiming for an inclusion of fact, that is effective and in a harmonious way.

**Keywords:** Media. Inclusion. Deficient. Education.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>9</b>
<b>1 POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E DIRETOS HUMANOS: UM PROCESSO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 BREVE CINTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO ÂMBITO ESCOLAR.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 Reflexões iniciais: aspectos pedagógicos da educação especial.....</b>	<b>24</b>
<b>2.2 Os desafios frente à prática docente .....</b>	<b>27</b>
<b>2.3 Inclusão na perspectiva de produção de subjetividade .....</b>	<b>32</b>
<b>3 INTEGRAÇÃO COMO “RESULTADO FINAL” .....</b>	<b>36</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>

## INTRODUÇÃO

A inclusão na educação especial busca desenvolver atividades em prol da integração, que visa superar a exclusão das diferenças possibilitando a inserção do aluno com Necessidades Educacionais Especiais.

A inclusão é compreendida como um progresso de desenvolvimento da circulação social que executa uma aproximação dos diversos personagens, engajando-os na construção cotidiana de uma sociedade que conceda oportunidades a todos. (ROSS, 2009).

A educação inclusiva visa propostas educacionais e práticas pedagógicas para alcançar as dificuldades apresentadas no contexto escolar, porém, por mais justa que seja a demanda e o preparo, se faz necessário uma reflexão sobre a execução das práticas e movimentos que buscam conquistar direitos e oferecer condições aos portadores de deficiência.

As crianças portadoras de Necessidades Educacionais Especiais devem ser vistas como construtoras do próprio conhecimento. Com direito à educação, podendo viver e participar das atividades proporcionadas na comunidade onde vivem, do qual devem visar o comprometimento com o processo de desenvolvimento global e sua singularidade.

Pensando em inclusão escolar é visível um número claro de leis e legislações que visam o domínio da inclusão, dentre elas cabe destacar a Declaração de Salamanca, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Constituição de 1988 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que intituam o direito à permanência, e o dever do Estado frente às mesmas. Porém, nos discursos encontrados nas reportagens fica clara a divergência, onde se coloca em questão como vem sendo essa intitulação, de quem deveria ser ou ter o domínio da exigência da execução de tal direito.

No discorrer da produção fala-se do destaque na contemporaneidade do termo inclusão, onde as políticas buscam uma nova forma de verdade, esta resultante de regras que visam discutir a maneira com o qual a inclusão vem sendo trabalhada, e o quão difuso e ampliado é o discurso sobre tal. Os discursos vão de encontro com a produção de liberdade dos sujeitos dentro de uma regulação, formando um espaço onde se exerce o poder (SILVA; FACION, 2012)

Desta forma, os sistemas de ensino devem ser participantes da constituição

dos diferentes campos relativos à aprendizagem, de modo a valorizar as diferenças e auxiliar aos alunos da melhor maneira possível em relação às necessidades educacionais.

O presente trabalho foi desenvolvido na tentativa de discutir a forma como vem se pensando a inclusão na contemporaneidade, qual o sujeito mencionado nos discursos produzidos, se seriam sujeitos produzidos pela lei, sujeitos que no discurso da legislação são resultantes de um processo ideologizado pela língua e pela história, e não somente pelo sujeito corpóreo. Quando a mesma impõe ao direito e ao dever de os deficientes serem inseridos em uma escola de ensino regular, ou é pensado em cada sujeito como sendo ele “único” e tendo as possibilidades de ser inserido em uma classe da qual poderá estar proporcionando um crescimento para o mesmo, dispondo de atividades pensadas a partir das suas dificuldades.

No discorrer do mesmo faz-se menção às políticas públicas, um dos vieses que determinam os direitos humanos, sendo possível pensar a partir de então a educação como um processo de socialização, seguindo os vários seguimentos sociais possibilitando o desenvolvimento dos sujeitos como pertencentes a uma sociedade. Após, é explanado uma breve contextualização das políticas de inclusão escolar, trazendo importantes contribuições das mesmas que declaram o compromisso e acesso à educação inclusiva.

Os autores utilizados para o embasamento teórico, tais como Rech (2011), Hillesheim (2013), Veiga-Neto e Lopes (2012) argumentam sobre o crescente interesse quanto à políticas públicas no cotidiano, vastos são os segmentos que percebem que o assunto não é simples e não apresentam rápidas evolutivas, pois as mesmas dependem da política, das instituições e de seus processos políticos-institucionais para a promoção de uma cultura de educação para a efetivação da cidadania, incentivando a construção do pensamento crítico, autônomo e emancipador, capaz de superar a exclusão social.

A seguir, é realizada uma contextualização e discussão sobre o fazer pedagógico, tendo em vista o grande desafio sobre a prática docente, e de como vem se pensando a inclusão na perspectiva de subjetividade, nos sujeitos como únicos e dotados de suas dificuldades e desejos. Ao se pensar na estrutura delineada para a inclusão, se faz presente a adequação de mudanças necessárias, no sentido de se fazer efetivar a inserção do deficiente no âmbito escolar, de

assistências sociais e do trabalho. O sistema escolar brasileiro está em constante desafio de alcançar a integridade à diversidade, visando uma inclusão efetiva e de forma harmoniosa.

## METODOLOGIA

A partir da necessidade de execução de um trabalho de conclusão de curso surgiram algumas inquietações sobre assuntos dos quais recentemente foram motivos de leituras. A escolha do tema se deu a partir da curiosidade de como a inclusão de deficientes em escolas de ensino regular vem sendo abordada na mídia, sabendo que esta tem grande penetrabilidade na vida das pessoas.

Pretendia-se realizar uma análise dos discursos produzidos na mídia impressa, especificadamente o jornal Zero Hora. Segundo Salvador (1970), análise é a capacidade de dividir um assunto em parcelas, tantas quantas forem necessárias para melhor compreender o tema a ser abordado. É, portanto, a capacidade de decompor um todo em suas partes, partindo do mais complexo.

A escolha pelo Jornal Zero Hora ocorreu por ser ele o maior jornal do Rio Grande do Sul, de circulação diária, possuindo mais de 200 jornalistas, estando presente nas redes sociais como, Facebook, Twitter, Instagram entre outros, visando à mídia como um espaço de reprodução, que desempenha importante função na produção e multiplicação dos discursos.

A escolha foi motivada no sentido de estar gerando novos conhecimentos e por ser um assunto de interesse quando se pensa em educação inclusiva, tendo como lócus a formação em psicologia, e poder estar analisando de como é visto e pensando o ser humano neste viés.

Partido desta perspectiva se tem por finalidade interpretar quais são os conteúdos trazidos pelos editores do mesmo que discorrem sobre a inclusão de deficientes, investigando desta forma se visam ou não a subjetividade e singularidade dos deficientes pertencentes a classes de ensino regular, e se visam, de que forma isso é esboçado. Salvador (1970, p.55) define o jornal como sendo:

uma publicação periódica que se destina a colheita, divulgação, interpretação e comentário de notícias, isto é, de fatos recentes, originais, interessantes e úteis a coletividade. Possuem diversas secções do noticiário local, nacional e internacional, secções especiais, econômicas, esportivas, sociais e culturais; secções de artigos de fundo, especialmente o editorial, o artigo principal de um periódico, que lhe define a atitude ou posição.

Salvador (1970) conclui dizendo que o jornal é fonte alvo da história, onde é narrado fatos parceladamente, sendo ele fonte de documentação essencial. Segundo Gregolin (2007), “para se entender o funcionamento da mídia é fundamental analisar a circulação dos enunciados, das materialidades que dão

sustentação aos significados e as ligações que esses enunciados estabelecem com a história”. Pois, como o próprio nome mostra, as mídias atuam no papel de mediação entre seus leitores e a realidade (GREGOLIN 2007).

Partindo deste pressuposto, foram analisados exemplares do mês de novembro de 2016 do jornal Zero Hora, buscando nestas edições diárias do caderno principal reportagens que se relacionam com o tema proposto, pensando que neste período se dá a matrícula dos alunos e podendo ser esta uma fase de grandes contradições a respeito da inclusão.

Como citado anteriormente a coleta de dados seria realizada no jornal Zero Hora, porém ao iniciar esta coleta não foi encontrado material que abordasse o assunto desejado, já que o assunto em pauta era a campanha eleitoral dos Estados Unidos, onde os debates na mídia ocorriam diariamente, tendo uma grande abrangência de discursos, disputas acirradas, o que impossibilitou, de certa forma, o prosseguimento desta pesquisa. O fato de não terem dados para análise, apontou a necessidade de pensar em outras possibilidades.

Por haver algo já mais ou menos estruturado, foi realizada uma coleta de dados na internet, porém seria necessário manter a atenção voltada para alguns objetivos, devido ao fato da internet ser um vasto meio de comunicação muito procurado para a obtenção de notícias, fazendo recortes de tempo e estando atenta aos sites pesquisados.

Inicialmente, o site pensado foi o G1, sendo este um portal de notícias brasileiro, tratado pela Globo.com e também sob orientação da Central Globo de Jornalismo. O site foi lançado no ano de 2006, possui filiais no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, e também é alimentado por outras filiadas agências de notícias. O portal destaca-se por seus conteúdos multimídias, tirando proveito das vantagens da internet sobre seus meios tradicionais de comunicação, dentre as vantagens encontramos a transferência de um maior número de informação com muito mais frequência, permitindo às pessoas estarem, e acompanharem qualquer situação quase instantaneamente sem nenhuma dificuldade, possibilitando interação e além de o custo ser relativamente baixo.

A pesquisa no site foi realizada com palavras-chaves. As palavras foram: *inclusão*, *escola*, *deficiência* e *educação*, sendo utilizadas de várias formas, uma palavra associada à outra, nunca de forma separada, para poder então direcionar o foco da pesquisa. Ao jogar essas palavras, muitas foram às reportagens que

apareceram, todas foram salvas para que posteriormente pudessem ser analisadas. Após a separação e leitura das mesmas foi necessário fazer um recorte de tempo, pois apareceram inúmeras reportagens, o período selecionado foi de dezembro de 2016 a março de 2017.

Para facilitar a análise foram criados grupos com os seguintes recortes:

<b>Temas encontrados nos recortes</b>	<b>Nº de recortes</b>
Projetos de inserção	2
Atuação dos profissionais	2
Leis	2
Adaptação da instituição	6
Disponibilidade de vaga	2
Uso de tecnologia	3
Sala de recursos	1

Dos quatro meses analisados, foram encontradas 11 reportagens que estavam no foco da pesquisa, demarcando, durante a leitura, os assuntos citados anteriormente como foco de análise.

Para que pudesse realizar a discussão de dados, utilizou-se como sustentação teórico metodológica os estudos pós-estruturalistas, dentre eles contribuições de Rech, Hillesheim, Veiga-Neto, Lopes entre outros, para então fundamentar e poder discorrer sobre os discursos encontrados dentro das categorias selecionadas. Os assuntos foram aprofundados e desenvolvidos baseados nos autores, iniciando pela política pública, assunto de grande interesse no cotidiano, não sendo este um tema simples e de evolutivas lentas, instituído por processos políticos-institucionais, mas que visam a promoção de uma cultura de educação para efetivação da cidadania. Após, são feitas contribuições sobre as políticas de inclusão escolar, com uma breve contextualização, trazendo importantes contribuições que declaram o compromisso ao acesso e direito à educação inclusiva.

Em seguida, é contextualizado e discutido sobre o fazer pedagógico,

pensando nos desafios sobre a prática docente, e de como vem se pensando a inclusão na perspectiva de subjetividade, abordando os sujeitos como únicos, ativos, com direito a uma educação comprometida.

Muitos foram os posicionamentos, sendo necessário sempre voltar aos recortes realizados para que a pesquisa não tomasse outro rumo, por se tratar de um assunto bastante complexo muitos são os debates realizados. O tema da deficiência sempre foi um grande desafio, principalmente se tratando de inclusão, pois vivemos em uma sociedade bastante preconceituosa e individualista, o que torna essa temática um desafio constante, mesmo tendo todo um aparato nas políticas públicas e leis, definidas como um quadro de ações governamentais, constituindo um conjunto de medidas articuladas, mas que ainda é necessário que se façam constantes reflexões.

A inclusão é um tema bastante contemporâneo, que surge derivado de movimentos, porém se trata de um discurso difuso e ampliado, no qual se busca uma sociedade igualitária, de direitos, autonomia, e produção de liberdade dentro de uma regulação.

## **1 POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E DIRETOS HUMANOS: UM PROCESSO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO**

Quando o assunto é ambiente escolar e educação inclusiva, logo se remete que a educação visa políticas e encargos de direitos humanos, sendo contida em lei os benefícios e a implementação de tais direitos. Para poder se pensar na educação, são empregados autores que vão discorrer sobre educação e direitos humanos no desenvolvimento dos sujeitos como pertencentes de uma sociedade, onde o processo de inclusão e socialização deve seguir em vários dos seguimentos sociais para que então os benefícios da política de inclusão sejam efetivos.

Fortes e Diehl (2015) abordam a educação como instrumento que traz possibilidades de descoberta pessoal, no sentido de singularidade, onde diz que o erro não se restringe a um sentimento de fracasso, e que o mesmo pode ser compreendido enquanto processo educativo, possuindo importância como elemento suscitador de valores e conseqüentemente de construção. Sendo para os autores a família o principal elemento socializador do ser humano, é a mesma que inicia o processo, que conduz a inserção do sujeito na sociedade.

Um dos grandes desafios é avançar, a fim de possibilitar uma modificação sucessiva das estruturas, que estimule a consciência de uma educação racional, visando transformações enlaçadas em bases de direitos humanos e seus aspectos abrangentes. (FORTES e DIEHL 2015, p.192).

A educação é caminho de transformação social do ser humano, portanto, somente por ela chega-se à assimilação dos conhecimentos técnicos-racionais e à reprodução de virtudes morais e sociais. Logo, a educação em direitos humanos associa as referências cognitivas à representação dos aspectos desdobrados da dignidade humana, do respeito, da cidadania e da socialização. (FORTES e DIEHL 2015, p.195).

Os autores ainda argumentam sobre o crescente interesse quanto à políticas públicas no cotidiano, vastos são os segmentos que percebem que o assunto não é simples e não apresentam rápidas evolutivas, pois as mesmas dependem da política, das instituições e de seus processos políticos-institucionais para a promoção de uma cultura de educação para a efetivação da cidadania, incentivando a construção do pensamento crítico, autônomo e emancipador, capaz de superar a exclusão social.

Souza e Machado (2015) citam Bucci (2006) que afirma ser importante compreender qual o papel das políticas públicas enquanto mecanismo de efetivação de direitos, sendo esse um conceito inicialmente jurídico, onde afirma que as políticas públicas são definidas como um quadro de ação governamental que consiste em um conjunto de medidas articuladas, que visam dar impulso, na tentativa de um objetivo de ordem pública que concretize o direito.

Tendo em vista que a materialização dos direitos fundamentais sociais se dá por via das políticas públicas, Souza e Machado (2015, p.70) dizem que:

é necessário que o Estado possua políticas públicas eficazes para prestar os serviços necessários. As políticas são ações do Estado para efetuar determinados objetivos em metas temporais. A justificativa para o surgimento das políticas públicas é a existência dos direitos sociais, que necessitam de prestações positivas do Estado. A política pública é fruto da interação entre o Estado e a sociedade; assim, políticas públicas e Estado são institucionalizadas na sociedade de maneira consciente, dificultando a sua mudança, que ultrapassam os períodos de um governo, marcado pela continuidade. Já as políticas de governo possuem menos duração e são institucionalizadas de modo menos expressivo, pois não possuem o compromisso de serem.

Matiskei (2004) diz que muito tem se falado em exclusão social na atualidade, onde aparecem cada vez mais grupos marginalizados como alvo das fronteiras da exclusão social, e na atualidade a realidade que pretende modificar é aquela que priva os direitos da plena inserção social dos sujeitos.

Inclusão e exclusão são facetas de uma mesma realidade: discutir mecanismos para viabilizar a inclusão social, econômica, digital, cultural ou escolar significa admitir a lógica intrinsecamente excludente presente nos atuais modos de organização e produção social que se querem modificar. (MATISKEI 2004, p.187).

A autora Hillesheim (2013), ao falar de inclusão, referencia a Foucault (1998) e traz que o discurso segue uma determinada ordem. Em produção de discurso diz que o mesmo é controlado e selecionado, e de certa forma organizado por um número de procedimentos, onde nas últimas décadas do século XX e início do século XXI passou a existir uma dissipação das falas sobre inclusão, onde incluir está na ordem do discurso, “quando aparecem tais slogans: Educação para Todos, Saúde para Todos, Universidade para Todos e etc.”. A autora complementa dizendo que a inclusão é uma invenção da contemporaneidade, onde cada vez mais se criam políticas e ações que pretendem dar conta dessa quota.

Hillesheim ainda cita Saraiva e Lopes (2011) onde as mesmas dizem que atualmente se vive um enfraquecimento e também uma desmistificação política da expressão inclusão, como também da exclusão, onde as mesmas são usadas amplamente, sendo a exclusão “a marca do tempo cada vez mais em crise e acometido de um tipo de esquecimento crônico de sua história” e passam a ter a inclusão como uma esperança de uma idealização. (HILLESHEIM, 2013).

Para Saraiva e Lopes (2011):

o uso excessivamente abrangente dos termos inclusão/exclusão serve tanto para apontarmos aqueles que estão sob medidas reeducativas e de normalização, como para apontarmos um leque de outros indivíduos que não se enquadram ou não possuem acesso a espaços considerados “bons, saudáveis e adequados” para todos, banalizando os conceitos e destituindo-os de força política.

Rech (2011) faz contribuições expondo que a partir de movimentos, de programas governamentais e políticas educacionais, foi consagrando a expectativa de trazer para dentro das escolas todos aqueles que se encontravam fora, desta forma potencializando um ideal de ações em prol da inclusão escolar, esses documentos como forma de políticas, orientam a obrigatoriedade da educação regular para todos.

Hillesheim (2013) faz contribuições ao dizer que:

Na medida em que incluir passa a integrar a ordem do discurso, tal principio é formulado também pelas políticas públicas, sendo delineado tanto a partir da busca de definição do que é inclusão, quanto a partir das formas como esta deve ser garantida e em quais espaços deve ocorrer. Assim, nos diferentes documentos analisados, a inclusão é objeto de preocupação, mesmo que o termo não apareça claramente. (HILLESHEIM, 2013, p.24).

No discorrer da produção fala-se do destaque na contemporaneidade do termo inclusão, onde as políticas buscam uma nova forma de verdade, esta resultante de regras, que visam discutir a maneira com o qual a inclusão vem sendo trabalhada, e o quão difuso e ampliado é o discurso sobre tal. Os discursos vão de encontro com a produção de liberdade dos sujeitos dentro de uma regulação, formando um espaço onde se exerce o poder.

O direito e cidadania das pessoas portadoras de deficiência é muito recente em nossa sociedade, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiência são identificados como elementos integrantes de políticas sociais a partir de meados deste século. (MAZZOTTA, 2005).

Na busca por uma sociedade igualitária, por um mundo onde se possa gozar da liberdade de expressão e de crença, onde se possam desfrutar da condição de reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos, da igualdade dos direitos e autonomia faz-se necessário pensar nos direitos garantidos por leis a todos os indivíduos pertencentes a uma mesma sociedade. (MELO; LIRA; FACION, 2012 p.55).

## **2 BREVE CINTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO ÂMBITO ESCOLAR**

O texto da Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado da família, que deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, cujo objetivo é o desenvolvimento das pessoas. (BRASIL, 1988).

Neste contexto, de uma educação para todos, em 24 de outubro de 1989 entra em vigor a lei 7.853 que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social. Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado, tendo o infrator pena de prisão mais multa. (BRASIL, 1989).

A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) trata de uma interessante e desafiadora concepção de Educação Especial quando utiliza o termo “pessoas com necessidades educacionais especiais”, que se estende a todas as crianças que têm necessidades decorrentes de suas características de aprendizagem, tendo as escolas que acolherem todas elas: moradores de rua, crianças com deficiências, crianças superdotadas, crianças de outra etnias e culturas, crianças nômades e etc. Sugere que se desenvolva uma pedagogia centrada na relação com a criança, capaz de educar com sucesso a todos, visando as necessidades de cada um, e considerando as diferenças existentes.

A Declaração de Salamanca, por ser um documento produzido na Conferência Mundial sobre necessidades educacionais especiais em Salamanca, na Espanha, é o marco mundial na difusão da filosofia da educação inclusiva. Sendo assim, tal política não é exclusiva do Brasil. (BRASIL, 1994).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) no artigo 59 preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos, currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características

do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). Em seu trecho mais controverso (art. 58 e seguintes), diz que “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”. (BRASIL, 1996).

Em 2008 surge a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, sendo fruto de movimentos sociais, tendo como objetivo acesso a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, e orienta os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo a transversalidade da educação especial em todos os níveis, o atendimento educacional especializado, a formação de professores e profissionais da área para o atendimento educacional especializado, a participação da família e da comunidade, e a acessibilidade mobilidade e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação. (BRASIL, 2008).

Na área de Educação Especial e das Políticas Públicas de Inclusão Escolar emerge um movimento mundial pela educação inclusiva, sendo esta uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos; e para que isso fosse possível foram repensados os sistemas educacionais inclusivos, a organização das escolas e das classes especiais. (BRASIL, 2008).

Desta forma, os sistemas de ensino devem ser participantes da constituição dos diferentes campos relativos à aprendizagem, de modo a valorizar as diferenças e auxiliar aos alunos da melhor maneira possível em relação às necessidades educacionais.

Rech (2011) faz contribuição quando diz que as práticas que visam à inclusão foram constituídas a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, no qual visava propostas que objetivavam o fortalecimento do movimento de inclusão escolar, o atual presidente se apoiava em princípios neoliberais, onde defendia a diferença e a diversidade, em seus discursos, falava do Brasil como sendo um país mestiço, no qual buscava defender a integração. A autora ainda faz menção a discursos que lhe chamaram a atenção, discursos estes onde eram impostas

recomendações no sentido de serem necessárias para que a proposta de colocar todos na escola fosse contemplada. A autora diz que:

Até o movimento vir a ser conhecido como “movimento pela integração”, outras nomenclaturas foram estabelecidas, e, em consequência, outros entendimentos foram dados. Juntamente com a necessidade de normalizar os corpos, surge a necessidade de nomeá-los. O conceito “necessidades educativas especiais” aparece como um exemplo de mudança para a época, embora ainda se priorizasse a ideia de normação. (RECH,2011, p.24).

Hillesheim (2013) traz importantes contribuições, diz que embora as políticas declarem o compromisso com a universalização e acesso à educação, onde os documentos abordam com nitidez o conceito de inclusão, visando uma educação inclusiva, e que apontam que existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em escolas regulares, desta forma faz-se compreender que demandam a educação como um direito de todos, tendo como base a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Pensando em inclusão escolar é visível um número claro de leis e legislações que visam o domínio da inclusão, que intitulam o direito à permanência, e o dever do Estado frente às mesmas. Porém, nos discursos encontrados nas reportagens fica clara a divergência, onde se coloca em questão como vem sendo essa intitulação, de quem deveria ser ou ter o domínio da exigência da execução de tal direito.

Ao ter acesso à contextualização da abrangência das políticas de inclusão escolar, e realizar uma pesquisa voltada para como aparece o discurso em reportagens que visam à inclusão, pensando a mesma ser um direito de todos os portadores de deficiência, surgem discursos *“de que embora exista uma lei que garanta esse direito, as instituições de ensino andam em passos lentos para se adequar a legislação”*<sup>1</sup> (23/01/2013).

Passos lentos? Existe essa possibilidade? Quem garante o direito à inclusão? Esses questionamentos foram constantes ao ler as reportagens, o discurso encarrega sempre terceiros responsáveis pela execução dos direitos. Ao ler a legislação, a primeira impressão que é transmitida é o destaque dado para as ações

---

<sup>1</sup> Os conteúdos que apareceram entre aspas e itálico foram retirados das reportagens encontradas no site G1.

do Estado, ações estas como sendo mais efetivas no cumprimento do dever de garantir tal execução.

Para esta discussão são trazidos apontamentos dos autores Veiga-Neto e Lopes (2012) onde os mesmos dizem que a inclusão no Brasil nos últimos anos tem carregado um discurso categórico, onde todos devem estar abertos para o outro, devem ter consciência de suas fragilidades e serem capazes de conduzir e orientar o outro, como parceiros e responsáveis junto ao Estado na empregabilidade e permanência da inclusão, tanto no viés de fluxos econômicos como em fluxos sociais.

Ao ler as ideias trazidas pelos autores faz-se necessário pensar em como o tema inclusão vem sendo abordado, é visível os mais diversos discursos produzidos, onde trazem opiniões, inclusive política, mas fica claro que ainda é preciso clareza no posicionamento sobre o que é trazido.

É fácil ver que a intervenção do Estado nas políticas de inclusão escolar é bem maior do que quando o mesmo promove campanhas públicas. Segundo Veiga-Neto e Lopes (2007, p. 958):

as campanhas públicas funcionam como pedagogias culturais e, por isso, buscam o governo sobretudo pelo discurso; elas pretendem ensinar o melhor comportamento e o que é melhor ou mais correto fazer, usar etc. É trivial afirmar que toda e qualquer política pública só se torna manifesta por intermédio do discurso, entendendo-se discurso como um conjunto de enunciados que, mesmo pertencendo a campos de saberes distintos seguem regras comuns de funcionamento.

Veiga-Neto e Lopes (2007) afirmam a ideia de que as políticas de inclusão mesmo que se propagando discursivamente, se apoiam em pedagogias culturais<sup>2</sup>, pois buscam ensinar e educar a população na busca de efetivar a realização da inclusão, quando os normais e anormais forem colocados juntos, em um mesmo espaço.

Lopes (2011) argumenta trazendo suas contribuições a respeito do termo governamentalidade<sup>3</sup> e políticas de inclusão, onde diz que o que o termo designa são políticas que almejam atingir o máximo de resultados junto à população que se diz estar sob o risco da exclusão.

<sup>2</sup> O termo pedagogias culturais visa campanhas públicas que buscam o governo pelo discurso, que segundo Veiga-Neto e Lopes (2007) o discurso é um conjunto de enunciados que, mesmo pertencendo a campos de saberes distintos, seguem regras de funcionamento.

<sup>3</sup> Conceito desenvolvido por Foucault (2006) e citado por Veiga-Neto e Lopes (2007), que designa conjunto de práticas de governo.

Os autores fazem referências às políticas de inclusão dentro de uma governamentalidade, onde as políticas públicas fazem menção de que o dever da execução da inclusão se dá junto à população, como também responsável de efetivar tais direitos. E o Estado é responsável pela criação de lei e normas que regulam essas práticas? Onde fica a responsabilidade do mesmo em se fazer exercer tais direitos?

Ao ler as contribuições dos autores referenciados anteriormente é notória a responsabilidade depositada nas escolas, nas instituições, na população, sendo a governamentalidade voltada para as individualidades na relação com a população. O Estado é apenas o responsável pela criação das normas que devem regulamentar a forma com a qual a inclusão deve acontecer?

A autora Hillesheim (2013) cita Cunha e Cunha (2002) e traz que o Estado cria as ações coletivas para atender determinadas demandas sociais, que se afeiçoa como um acordo público de atuação a longo prazo, e cita, também, Höfling (2001) que diz que as políticas públicas são de responsabilidade do Estado, mas que o mesmo envolve órgãos públicos e diferentes agentes sociais que se relacionam às políticas propostas, desta forma abrangendo escolhas e decisões controladas também pelos cidadãos.

Nas reportagens encontradas, chama à atenção a quantidade de vezes em que é citada a falta de estrutura adequada para a inserção dos deficientes, quando a lei garante que devem ser incluídos no ensino regular, e que os mesmos têm o direito a equidade, porém nos deparamos com os seguintes discursos: *“Os alunos estão sem poder contar com o auxílio dos cuidadores nas escolas e para não atrapalhar o ano letivo, os pais estão indo nas escolas para ajudar os filhos.”* (13/03/2017), *“Houve situações de muito estresse. Foi expulsa de três, quatro escolas infantis. A direção dizia que não tinha estrutura para recebe-la. Acabei entendendo, mas doía”* (15/02/2017), *“Você tem que se virar e cuidar da sua filha. Agora tem os que não estão vindo para a escola justamente porque o pai e a mãe trabalham e não tem como vir aqui cuidar.”* (13/03/2017), *“Nicole foi impedida de ficar na sala de aula porque não havia um profissional especializado.”* (01/02/2017) e *“No entanto, ele admite que as universidades e escolas não estão “plenamente” preparadas em relação à estrutura para receber os alunos deficientes.”* (29/12/2017).

Esses foram alguns dos recortes que chamaram à atenção, pensando na forma como vem se dando a tal almejada inclusão, de como as práticas vêm sendo

executadas. Dentro destes recortes fica a falta de compromisso com o “fazer acontecer” de universalização dos acessos e a promoção da equidade, não aparecendo menção explícita à inclusão. Na contextualização das leis e da legislação, existe a garantia de tal comprometimento com alunos necessitados, do qual garantiria a permanência frente tais práticas e execuções dos direitos adquiridos.

Quando determinados questionamentos são feitos, não há pretensão de tentar resolver tais dificuldades, pois entende-se o debate sobre inclusão como um tema que vem sendo de interesse de pesquisas do viés da educação, sendo este um assunto da modernidade, como é trazido por alguns autores, e que é exposto com diferentes posicionamentos e opiniões. No presente questionamento, é feita menção sobre assuntos de interesse e que apareceram de forma significativa dando embasamento para os objetivos traçados.

Para Ross (2009) o modo como se entende a inclusão escolar hoje, vem sendo gestado e declarado há bastante tempo. E o que foi declarado vem afetando no funcionamento das escolas e na vida das pessoas que até o momento não eram convocadas a estar na escola, nem a escola era tão vigorosamente chamada a tê-las consigo na busca de universalizar o acesso à educação e promover a igualdade.

Todos esses movimentos buscaram conquistar direitos e oferecer condições, ao mesmo tempo em que exigem desdobramentos legais e específicos de impacto sobre a prática. A autora ainda faz sua colocação argumentando que: “A escola inclusiva tem um dos papéis na construção de um mundo mais inclusivo, que, coerentemente, deveria poder ser chamado apenas de mundo – e ela, apenas de escola...”. (ROSS, 2009 p.23).

Lopes (2009) sugere que é necessário alargar a educação em seu sentido mais amplo para compreender a inclusão como um conjunto de prática que subjetivam o indivíduo de forma que ele possa olhar para si e para os outros sem ter como referência fronteiras, que demarquem o lugar do normal e do anormal, do incluído e do excluído, sendo esta também uma condição de entendimento das práticas educacionais diluídas na população.

Segundo a autora Lopes (2009), a inclusão e a exclusão são composições de um mesmo jogo, a exclusão tem sido amplamente utilizada em campanhas políticas e em práticas de assistência e principalmente em políticas educacionais. Ainda segundo a autora, os termos quase sempre são usados para designar analfabetos,

peças com deficiências, doenças mentais e também está associada a algo exclusivo do nosso presente, a forma de ver e se relacionar com o mundo, como estado característico da contemporaneidade.

Lockmann e Traversini (2011) argumentam dizendo que os saberes produzidos em áreas distintas do campo da inclusão escolar apresentam diferentes discursos que circulam nas escolas contemporâneas, das quais descrevem tanto os alunos quanto as práticas pedagógicas desenvolvidas para atendê-los. É preciso agir sobre cada indivíduo para conseguir alcançar o governo no plano da população, evitando, reduzindo ou extinguindo a ameaça que tal sujeito representa à sociedade e à vida coletiva.

Lasta e Hillesheim (2011) trazem que as políticas públicas que legislam a inclusão escolar legitimam pela questão da igualdade, dos direitos humanos, da superação das desigualdades, da democratização de oportunidades e do reconhecimento dos sujeitos anormais em um mundo onde é visível a globalização neoliberal excludente. Colocando em discussão questões referentes à identidade, à diferença e a diversidade na educação e nas políticas, sendo caracterizada para “todos” indagando a inclusão/exclusão como estratégias para a gestão dos sujeitos anormais.

Para Acoris (2009) a inclusão se encontra no discurso dos professores de variadas formas, ora sendo um problema, ora uma demanda. Diz que a inclusão pode ser “lida” de várias formas, podendo ser uma metanarrativa escolar, onde se dispensa questionamentos e tem sido trazida a partir de estatísticas que demonstram “seu sucesso”, já que os esforços têm se intensificado consideravelmente nos dias de hoje.

A iniciativa de se colocar a inclusão como discussão é seriamente produtiva, pois toda discussão que extrapola os limites do cenário escolar tem chamado atenção para um assunto que tinha pouco espaço no cenário educacional. Porém o que preocupa é a naturalização do processo de inclusão, tendo em vista que as vezes que tratam dessa questão são cada vez mais vezes polifônicas e procuram por métodos ou fórmulas para incluir a todos (ACORIS, 2009). Desta forma, falar em inclusão como forma de resolver os problemas acaba provocando a banalização e seu enfraquecimento como um movimento de luta política de igualdade.

Ainda discorrendo sobre as práticas que visam à inclusão, e que estão impostas pelas leis na efetivação e cumprimento de tais direitos faz-se necessário

pensar nos demais aspectos que estão relacionados à efetivação da inclusão, onde dentro do âmbito pedagógico é visado o atendimento educacional especializado.

### **2.1 Reflexões iniciais: aspectos pedagógicos da educação especial**

De acordo com Mendes (2006) a história da educação especial começou a ser traçada no século XVI, centrada no aspecto pedagógico, em uma sociedade onde a educação era direito de poucos. Foram médicos e pedagogos que desafiaram os conceitos vigentes na época, e começaram a acreditar na possibilidade educacional de indivíduos até então considerados ineducáveis, desenvolveram seus trabalhos em bases tutoriais, sendo eles os próprios professores. No entanto poucas eram as experiências inovadoras desde o século XVI, o cuidado foi puramente no sentido de proteger e a institucionalização foi a principal resposta social para tratamento dos considerados desviantes. Sendo esta uma fase de isolamento, justificada pela crença de que pessoas diferentes seriam mais bem cuidadas e protegidas se confinadas, também para proteger a sociedade dos “anormais”.

Pinto e Daudt (2012) partem da premissa de que a deficiência é um conceito historicamente construído, e conseqüentemente modificado ao longo do tempo. No decorrer dos anos 80 e 90, as preocupações com a educação escolar dos deficientes e a rejeição do paradigma de exclusão influenciaram nas discussões sobre as práticas de ensino.

Quanto aos questionamentos sobre entender a diversidade e uma postura frente “aos ditos diferentes”, questiona-se a forma como as pessoas são educadas e o quanto estão “acomodadas” em situações das quais hoje são pautadas a seguir um comportamento dito “normal”.

A diretriz do MEC/SEESP (BRASIL, 2008) ao reconhecer as dificuldades enfrentadas, evidenciou as necessidades de confrontar as práticas e criar novas alternativas. A educação inclusiva, desta forma, assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da exclusão. Passa-se a ser repensada a construção de sistemas educacionais inclusivos, implicando em uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os estudantes tenham suas especificidades atendidas.

Nas diretrizes de Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a educação especial é uma modalidade de

ensino que percorre todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum não sendo substitutivas à escolarização. Os atendimentos são complementares e suplementares a formação dos estudantes visando à autonomia e independência na escola e fora dela.

O atendimento educacional especializado é assistido por meio de instrumentos que possibilitem vigilância e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializados, públicos ou conveniados. O acesso à educação tem início na educação infantil, na qual se fortalecem as bases necessárias para a estruturação do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. (BRASIL, 2008).

Para Melo, Lira e Facion (2012) a busca por uma sociedade democrática, por um mundo em que os homens possam desfrutar da liberdade de expressão e da convicção usufruindo da condição de viverem ilesos do temor e da necessidade, por um mundo em que os reconhecimentos da dignidade sejam inerentes a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos inalienáveis é o fundamento da autonomia, da justiça e da paz mundial.

Com o passar do tempo, e no presente momento foi se construindo caminhos para as pessoas com necessidades especiais, porém esta é uma trajetória bastante longa, na busca de evolução para que se possa ainda chegar a um ponto onde se preconize o respeito sem preconceitos.

Ainda que na Constituição Brasileira seja fundamentada a constatação de obrigatoriedade de um ensino especializado aos portadores de deficiência, em termos de educação especial, é contraditória a prática, quando aparecem nos discursos tais relatos: *“Conta que tentou fazer a matrícula, mas foi informada de existência de um trâmite legal e de um exame para ver se ele está apto para entrar na escola”* (23/01/2017), *“A diretora disse que era pra eu voltar com ela para casa e esperar algum aluno desistir para conseguir uma vaga. Enquanto isso, ela está em casa e eu também perdendo trabalho porque não tem com quem deixá-la.”*

(01/02/2017). Nos relatos aparecem de forma clara deficiência, precariedade, e insuficiência do atendimento escolar frente a tais demandas.

Segundo a Constituição, inserir os alunos com necessidades especiais no ensino regular, é garantir a todos, educação, tendo por finalidade não discriminar. Porém é preciso que as pessoas envolvidas acreditem neste ideal e que os envolvidos estejam abertamente engajados no processo, mesmo sabendo que a prevalência de condições insatisfatórias limita o adequado desenvolvimento do indivíduo, e assim, conseqüentemente a ação educativa.

Ao se pensar na estrutura delineada para a inclusão, se faz presente a adequação de mudanças necessárias no sentido de se fazer efetivar a inserção do deficiente no âmbito escolar, de assistências sociais e do trabalho. Pois mesmo que nas leis sejam impostos tais direitos, ainda é encontrada a insuficiência de aquisição dos mesmos. O objetivo da política é garantir o atendimento educacional e a igualdade de oportunidades, porém quando se fala na garantia de vagas, é possível ver nos discursos encontrados que nem sempre o direito por lei esta sendo garantido, gerando desta forma polêmicas. Estariam dando margem à descriminalização do preconceito? Se não, o que estariam preconizando? A discriminação, rejeição e estigmatização? Ironia, descaso?

Até quando vamos encontrar tais discursos, discursos que vão além do abuso de poder, ou estariam os educadores insensíveis, inclusos à ignorância. Ainda é preciso que a sociedade esteja consciente para atender as necessidades e diversidades, pois como tem se mostrado, existe parcela da sociedade educacional assim como as demais esferas, que não incorporaram à sociedade inclusiva, mesmo sendo definida por princípios.

Perante as discussões realizadas no viés da inclusão no âmbito escolar, é possível pensar que tanto o Estado quanto as instituições, que se veem cumprindo um papel de complementariedade, criando oportunidades junto a uma parcela da população, mas que o mesmo ainda precisa muito de um olhar minucioso para que se possa dar voz aos novos rumos a serem seguidos. Dentro desta perspectiva acredita-se ser de suma importância uma reflexão sobre a prática docente, do qual visa à capacitação de professores para atuarem na área, enfim, vários são os problemas críticos a serem pensados pelo viés da inclusão.

## 2.2 Os desafios frente à prática docente

Rozek (2012) define a expressão professor como técnico que:

tem suas raízes na concepção da atividade profissional, concepção herdada do positivismo, que prevaleceu durante todo o século XX, servindo de referência para a educação. Segundo esse modelo de racionalidade, a atividade do profissional é basicamente instrumental, dirigida à solução de problemas mediante a aplicação de teorias e técnicas científicas. (ROZEK, 2012 p.15).

A formação docente abrange diferentes movimentos que se fazem constitutivos de um processo. Ser professor, formar-se professor é uma produção de si mesmo que se faz na dinâmica da sociedade e da cultura. Não é uma definição a priori, é toda uma constituição de eventualidade do fazer pedagógico, do sujeito em prática e na prática, necessita do reconhecimento e valorização da experiência pessoal e profissional do sujeito-professor.

Klaus (2009) faz contribuições mencionando o desafio de inúmeros profissionais para a construção de um “novo modelo educativo” da contemporaneidade, onde relata que a escola, segundo os especialistas, precisa ser diferente, deve promover a cidadania de forma a desenvolver a autonomia dos alunos, bem como, despertar o interesse de jovens pelos conteúdos, oportunizar a aprendizagem de todos os envolvidos, trazer as famílias para o cotidiano escolar, entre outras preocupações, com uma suposta melhoria da educação escolarizada.

Para Bridi (2012) historicamente o campo da educação especial tem acompanhado sucessivas mudanças conceituais, que implicam, ou deveriam implicar, mudanças nas práticas sociais e educacionais. As necessárias mudanças manifestam discussões no contexto escolar que envolve diretamente a formação dos professores. Dentro deste contexto emergem as resistências e argumentações frente ao medo que questionam o trabalho, considerando a inexistência de experiências ou falta de formação específica para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Minetto (2012) complementa dizendo que falar de inclusão é tratar de um propósito muito amplo, que propicia aos professores o direito de construir e ampliar suas habilidades enquanto sujeito e profissional. Implica em o professor receber apoio e oportunidade para o seu desenvolvimento profissional, como também o direito dos pais de esperar que seu filho receba educação adequada.

Entre a teoria e a prática existem questões que precisam ser entendidas, para que a formação dos professores contemple as exigências cotidianas. A formação deve reconhecer e contemplar a avalanche de transformações que o deixam inseguro e o docente pode enfrentar dificuldades em suas práticas, o que pode significar que o mesmo está diante de desafios e necessita de novos saberes. Na verdade, a inclusão revela que a formação do professor, em muitas situações, não acompanha as exigências de sua prática. (MINETTO, 2012).

Menezes e Cruz (2013) dizem que é importante lembrar que o direito à educação está hoje assegurado pela lei, porém por si só a lei não é garantia de aprendizagem, todo o trabalho que se pretende bem sucedido requer profissionais, principalmente professores com formação adequada, o que inclui competência técnica e acesso às estratégias assertivas.

Mesmo que exista o consenso sobre a necessidade de capacitar os profissionais para a inclusão, a discussão vai além, pois se questiona quais modelos de formação continuada é mais eficaz no desenvolvimento das competências docentes. Cabe salientar que determinar os objetivos a serem atingidos é também essencial, bem como as estratégias e expectativas dos profissionais a respeito da inclusão.

Castro e Facion (2012) discorrem que a reflexão do professor sobre a prática docente está na base das transformações das suas relações pedagógicas e pessoais, podendo ele ampliar o conhecimento sobre si e sobre o mundo,

a luta por essa dignidade profissional procura por outras funções bem mais significativas que devem assumir um caráter permanente nesta reflexão, a de saber: participação efetiva em movimentos sociais; luta contra a desigualdade de direitos; valorização da autonomia e de melhores condições na carreira do professor; indignação contra e exclusão social (CASTRO; FACION, 2012, p.162).

Mantoan (1997) entende que a melhoria da qualidade de ensino e a adoção de princípios educacionais democráticos são fundamentais para a inclusão no ensino regular, e traz que:

a formação de professores para a inclusão escolar de deficientes mentais não pode se restringir a fazê-los conscientes das potencialidades dos alunos, mas também de suas próprias condições para desenvolver o processo de ensino inclusivo. Essas condições dizem respeito aos conhecimentos pedagógicos, e aos domínios da metacognição, pois implicam no desenvolvimento da capacidade de auto-regular e de tomar

consciência da atividade de ensinar, tais como planejar as aulas, ministrar e avaliar seus efeitos nos alunos. (MANTOAN, 1997, p.123).

Para Correia (1999), o sucesso da prática docente dependerá do desenvolvimento de programas de formação, para contribuir na aquisição de novas competências de ensino, de forma a serem mais responsivos às necessidades educativas do educando e o desenvolvimento de atitudes positivas que visam à inclusão. Correia (1999) acredita que na medida em que os professores forem treinados em técnicas poderão responder mais adequadamente aos alunos com necessidades educacionais, desta forma melhorando os resultados a serem atingidos.

Ainda de acordo com o autor, parece evidente que se é necessário introduzir novos conhecimentos, bem como considerar as aplicações práticas adequadas, a fim de refinar o trabalho docente. Um bom programa de formação deve levar o professor a adquirir as seguintes competências:

Compreender como as incapacidade ou desvantagens afectam a aprendizagem; identificar as necessidades educativas e desenvolver experiências de aprendizagem prescritiva; individualizar a educação; compreender a situação emocional da criança; utilizar os serviços de apoio; promover uma comunicação afectiva com os pais e perceber o processo administrativo que leva à organização e gestão do ambiente de aprendizagem. (CORREIA, 1999, p.163).

Nas reportagens encontradas na pesquisa, um dos discursos produzidos é: *“Profissionais e colegas não estavam prontos para receber uma criança com as particularidades de Jacqueline”* (15/02/2017).

Tais discursos fazem problematizar a forma como vem sendo implementada a inclusão, visando que nas instituições é necessário adequações para o devido desenvolvimento. É possível pensar que, apesar de se fazer cumprir a garantia de vaga (Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989) e a interação dos deficientes como reconhecimento e cumprimento de tais obrigatoriedades, é preciso questionar sobre a prática docente, se dentro desta perspectiva existe uma garantia de que os alunos vão ser olhados nas suas limitações? O profissional estará amplamente engajado, pensando em um currículo que atenda a tais necessidades? Muito se fala na formação necessária para responder às necessidades educativas, mas os profissionais conhecem a real natureza dos problemas e implicações?

Ao deter-se a contribuição dos autores é notória a necessidade de pensar

sobre a atividade profissional, sendo a mesma praticamente instrumental, com aplicações de teorias e técnicas científicas e que, se pensando no contexto da inclusão de deficientes, deve implicar mudança nessas práticas, tanto educativas como sociais.

E ao pensar no profissional, estaria este se sentindo realizado, cumprindo tais obrigаторiedades? Os mesmos acreditam que podem exercer um efeito positivo nos deficientes dentro das classes regulares?

Muitas são as apostas depositadas sobre os docentes, espera-se que utilizem estratégias e desenvolvam atividades de ensino que competem ao devido desenvolvimento, sendo este visto como a principal figura da inclusão, podendo o professor estar contemplando as necessidades dos educandos como também ampliando suas habilidades, tanto profissional como pessoal.

Quando se lê tais discursos, que expõem a falta de preparo dos profissionais, sugerem-se reflexões sobre a prática dos educandos. Estariam os mesmos cientes de que esta também é uma responsabilidade da escola? Que ambos precisam mobilizar empenho, e fazer com que de fato a inclusão aconteça no espaço escolar, pois, além dos programas e legislações que determinam tais direitos, os professores e demais profissionais estão diretamente ligados ao órgão que deve garanti-los.

Desta forma podemos pensar de como o professor de ensino regular deve ser respeitado na busca do entendimento do significado do seu ofício, buscando a exata dimensão de sua responsabilidade nos caminhos de um mundo para todos.

Ainda que nos discursos encontrados apareça o não engajamento por parte de alguns profissionais é possível ver, que nem sempre o cenário é o mesmo, existem sim profissionais que estão plenamente engajados em “fazer acontecer” à inclusão, talvez não de forma plena, pois, ainda é preciso contar com apoio de outros órgãos competentes, e desta forma acaba que nem sempre é possível “fazer acontecer” sozinho. Como podemos ver no seguinte recorte, *“Mas ao longo do caminho, também encontraram profissionais preparados, que souberam conduzir a criança com sensibilidade.”* (15/02/2017).

Por mais que os professores sejam os profissionais que estão diretamente ligados aos educandos, e que as escolas tenham autonomia para elaboração de planos e currículos, as diversidades dos meios de aprendizagem podem ser obstáculos encontrados.

Machado (2011) diz que a formação docente é um dos principais objetivos

das políticas inclusivas, afirmando ser o professor importante peça para esse projeto, e argumenta dizendo que para dar conta da reconfiguração educacional, as instâncias governamentais tomam uma série de providências para percorrer o caminho da inclusão, e, nestes caminhos a serem percorridos, os professores são relacionados junto aos demais alunos, familiares e comunidade escolar como agentes responsáveis pela efetivação da inclusão.

Na mecânica inclusiva, que tem na diversidade uma das suas justificativas, a formação de professores segue a premissa global de aberturas de fronteiras, permitindo e aconselhando uma espécie de formação turística pelo território desses outros alunos que agora ganham vitrine. Numa sociedade marcada pela rapidez da informação parece que também os processos formativos precisam ser mais e mais informativos. Daí a urgência histórica de produzir um professor polivalente, que passeia, fotografa, anota o máximo de informações sobre os lugares de todos e de cada um. E quanto mais lugares, melhor; quanto mais carimbos em seu passaporte, mais legitimidade em seu trabalho. (MACHADO, 2011, p.64).

Mantoan (1997) faz contribuições quando diz que a ideia de inclusão não é apenas de interesse para os alunos deficientes, como também de alunos regulares e professores, e acredita que:

ao incluir o aluno com deficiência mental na escola regular estamos exigindo desta instituição novos posicionamentos diante dos processos de ensino e de aprendizagem, à luz de concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas. A inclusão é, pois, um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 1997, p.120).

Klaus (2009), quando diz que a escola segundo os especialistas deve ser diferente, traz:

precisa: promover a criatividade, a cidadania, o protagonismo docente e discente, desenvolver a autonomia de seus alunos e alunas, entre outras questões. Muitas são as discussões no campo educacional: como despertar o interesse das crianças e dos jovens pelos conteúdos escolares; como lidar com os “casos” de inclusão; como promover a aprendizagem de todos os envolvidos no processo educativo; como fazer com que a criança permaneça no ambiente escolar; como envolver todo o corpo docente no projeto da escola; como fazer com que as famílias participem do cotidiano escolar; como competir com a televisão e com os meios de comunicação em geral, que são muito mais atrativos do que a escola; entre outras preocupações com a suposta melhoria da educação escolarizada. (KLAUS, 2009, p.185).

Segundo Klaus (2009) é curioso como a trama discursiva provoca na contemporaneidade a crise da escola moderna, mas que também é encontrada, talvez na mesma dimensão a importância desta entidade, quando a escola é alvo de projetos elaborados pelas diversas instituições, como as ONGs e sociedade civil em geral. E para reforçar sua ideia, o autor traz Veiga-Neto (2003, p.125) quando responde a seguinte pergunta:

“A escola tem futuro?": “sim... temos que pensar na escola como ela vinha sendo, naquilo que ela pode se transformar ou naqueles aspectos e práticas em que ela pode se resignificar. Pensar nela, então, como ela era, como ela está sendo e como ela pode vir a ser [...]”.

### **2.3 Inclusão na perspectiva de produção de subjetividade**

As políticas públicas que legislam a inclusão reiteram pela questão da igualdade, dos direitos humanos, da democratização de oportunidades e do reconhecimento dos sujeitos anormais em um mundo excludente. Colocando em questão discussões referentes à identidade, à diferença e a diversidade dentro de uma educação que é descrita como sendo “para todos” (LASTA; HILLESHEIM, 2011). Para Silva e Facion (2012), a inclusão, por mais justa que seja, demanda muito preparo e reflexão do contexto, para suscitar a execução da singularidade de cada indivíduo em particular.

O sistema escolar brasileiro está em constante desafio de alcançar a completude à diversidade humana, visando uma inclusão efetiva de forma harmoniosa, sendo necessário o conhecimento das dificuldades que vêm sendo reveladas na sua operacionalização, pensando que a inclusão escolar não se encontra como uma proposta distante das necessidades reais da população. (SILVA; FACION, 2012).

Pletsch e Glat (2013) entendem que para se construir sistemas com propostas educacionais inclusivas, necessariamente deve-se exigir mudanças no interior das escolas. A efetivação de propostas educacionais só será alcançada se o currículo e as práticas pedagógicas levarem em consideração a especificidade do processo educacional de cada aluno e não partirem do pressuposto da homogeneidade predominante.

Marin e Braun (2013) falam em uma educação “sob medida”, no qual individualizar o ensino não significa particularizar o fazer pedagógico, se tem o objetivo de incluir o educando na situação de aprendizagem que os colegas de

classe estão vivenciando, com as devidas adequações para que sua participação seja efetiva. Essa educação, visa contextualizar a singularidade na pluralidade, buscando formas, recursos e estratégias de avaliar, que se adequam ao mesmo tempo tanto para o sujeito quanto ao contexto.

Mazzotta (2005) relata que quanto ao atendimento educacional aos portadores de deficiência, a defesa da cidadania é uma atitude recente, que está conquistando um espaço e se manifestando, mas que vem ao longo dos anos sendo explanada. E afirma dizendo que as noções de democracia e igualdade eram meras inspirações criadas por alguns indivíduos, sendo considerado por muitos, de modo geral, situações que causavam temor, temor este, ligado à falta de conhecimento sobre deficiências.

Nas reportagens encontradas dentro do recorte realizado, poucas foram as matérias que falavam na forma como se é pensado e implementado o fazer pedagógico, porém, tendo em vista que este é um dos objetivos da pesquisa, refletiu-se sobre tal proposta, pois mesmo que a inclusão venha sendo ainda implementada, de que forma a proposta pedagógica se estrutura para que de fato possa contemplar as diversas singularidades presentes em sala de aula?

Ao deter-se a leis que intitulam o tramite legal da inclusão, quando pensado na efetivação de tais, é possível perceber que existem leis que determinam que a escola deva se adaptar aos alunos com necessidades especiais. Porém, qual tem sido a forma que as escolas têm “achado” para de fato tecer essa demanda?

Nas leituras realizadas, e nas reportagens encontradas, não aparecem de forma clara como o fazer pedagógico vem sendo executado, porém em uma das reportagens foi encontrado seguinte discurso: *“A escola é especializada, tem sala de recursos para crianças especiais, mas a diretora me informou que não tem uma pessoa para acompanhar ela”* (01/02/2017). Neste momento, a discussão não trata-se da falta de profissionais, mas a forma como o fazer pedagógico aparece. Pode-se pensar que quando falamos em inclusão, direcionando pelo fazer pedagógico, como pensa-se quando é ofertada uma sala especializada? O que será trabalhado? Como será trabalhado?

No momento em que é ofertada tal proposta, o que é pensado? Serão trabalhadas as dificuldades de determinado educando sozinho? Nos mais diversos discursos a escola sempre aparece como um lugar de integração, que modifica conceitos de participação, colaboração e adaptação. Essa questão não é simples de

ser tratada, e por vezes contraditória. À primeira vista, ao se falar em salas especializadas como uma estratégia pedagógica, questiona-se como será possível ocorrer a inclusão por este viés? Qual a proposta pensada pelas escolas quando ofertada tal estratégia? A inclusão se daria apenas em momentos de lazer?

Pensando pelo fazer e poder da escola, fica evidente que as mesmas não consigam dar conta de toda demanda, sendo este um dos papéis mais difíceis quando se tratando de inclusão escolar. Dentre os temas já abordados foi possível perceber como este ainda é muito prematuro e que ainda necessita ser melhor problematizado. Por mais que se tenha este entendimento, fica claro que sempre haverá diversos posicionamentos frente ao que é imposto, o fazer pedagógico é colocado à margem de desafios constantemente, necessitando de permanentes reflexões deste complexo processo.

A realidade demonstra que a maioria das instituições de ensino parece não estar preparada nem estruturada para incluir os alunos com deficiência e dar atendimento adequado a essa nova demanda. Parecem faltar, nos órgãos responsáveis pela educação, ações que transformem em realidade o caráter inclusivo da educação, presente nos textos oficiais. Contudo, é sabido que muitas escolas têm tentado adequar suas ações, buscando atender a demanda do alunado nelas matriculado. O trabalho tem sido extenuante, dada à falta de estruturas básicas e de recursos humanos com formação adequada que lhes permitam atender a diversidade presente nas salas de aula. (LOPES; MARQUEZINE, 2012).

Assim como é determinada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a escola deve oferecer condições adequadas ao aluno portador de deficiência, tendo a mesma que fazer uma reconfiguração da modalidade de atendimento e serviço, pensando nos alunos que necessitam de tal olhar, como podemos ver nos discursos encontrados: *“A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) determina que a escola deve se adaptar à pessoa com deficiência ...”* (20/01/2017) e *“É obrigação da instituição se adaptar ao aluno, inclusive com apoio de um monitor quando necessário”* (23/01/2017).

Quanto aos discursos presentes nos recortes sobre as escolas que possuem salas de recurso, Mazzotta (1982) propõe que este é uma espécie de ensino itinerante, classificado como auxílio especial, tendo nele materiais e equipamentos a disposição do professor especializado, que trabalhará com os alunos especiais dentro de suas necessidades específicas.

O professor da sala de recursos, pode também auxiliar o professor da classe regular, tendo ele uma dupla função. Cabe a ele orientar a família, tendo ela grande

relevância no processo educativo. Mazzotta (1982) argumenta que ao instalar sala de recursos deve-se respeitar critérios que assegurem as condições pertinentes ao funcionamento adequado da mesma.

Rabêllo (2009) traz que o objetivo da inclusão é a socialização e educação de forma legítima para todos, e reforça quando diz, que em outras palavras, o que deve ser proposto pelas escolas é a extensão de oportunidades iguais para todos, significa também, sustentar o aluno de forma que ele possa fortalecer suas habilidades e conhecimentos para a vida futura. Porém o autor faz o seguinte questionamento: as evidências empíricas sustentam ou não a inclusão? E para responder sua interrogativa, traz as contribuições de Glat (1998), que afirma:

“o problema da inclusão é de natureza pragmática e operacional e não teórica e ideológica. Sem uma mudança estrutural do sistema educacional brasileiro a inclusão de alunos com deficiência nunca será concretizada. A inclusão total é uma utopia que tem seu valor simbólico, representando um investimento afetivo em função de algo que almejamos: uma sociedade inclusiva. Mas, argumenta a autora que, da mesma forma que o socialismo não deu certo, a proposta de educação inclusiva pode não dar, pois os programas não foram bem idealizados, precisamos investir na aplicação prática, em pesquisa e experimentação de formas alternativas de adaptação e implementação, considerando os diferentes contextos”. (GLAT, 1998 apud REBÊLLO, 2009, p.351)

No próximo subtítulo, são apresentados alguns dos principais momentos desse governo relativo à educação, olhando mais atentamente para o que diz respeito à Educação Especial. Também são apresentadas algumas análises construídas a partir das recorrências encontradas nos materiais analíticos.

### 3 INTEGRAÇÃO COMO “RESULTADO FINAL”

Ao pensar a inclusão como um processo de implementação gradual, alguns movimentos adotaram ações buscando avanços na adoção de princípios de inclusão revelados pela ONU, sendo esses progressos apoiados por legislações. Porém, sabe-se que antes mesmo de alguns movimentos adotarem oficialmente a ideia de sociedade inclusiva, existia profissionais que se articulavam à busca de estratégias que visavam uma vida mais digna às pessoas com deficiências. (WERNECK, 2000).

Hillesheim (2013) faz contribuições no sentido de dizer que a inclusão pode ser vista como um conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos, e se faz compreender os mesmos como sendo incluídos ou excluídos; ou podem ser vistos dentro do prisma de quem possui o direito de se autorretratar, participando de espaços públicos e ser alvo das políticas de Estado; ou ainda como um conjunto de práticas que buscam o disciplinamento e controle da população.

Na percepção de Hillesheim (2013), a inclusão é algo da contemporaneidade e que o Estado esta cada vez mais criando políticas e ações que visam dar conta e identificar quem são e onde estão os excluídos.

Para Veiga-Neto (2001) a modernidade caracteriza-se como um tempo marcado pela vontade e busca da ordem. A intolerância à diferença está muito presente, e às vezes encoberta, na angustia da aceitação e da possível convivência.

Hillesheim (2013) traz que, embora a Constituição Federal de 1988 seja pautada na destinação de assegurar o direito de todos, visando a não discriminação de qualquer natureza, o termo inclusão aparece associado às áreas de Assistência Social e Previdência Social, porém quando se refere às pessoas com deficiências e grupos socialmente desfavorecidos, o termo utilizado é a integração.

Para Correia (1999) ainda que se fale em carências existentes no sistema educacional, quando se visa uma integração, os alunos com necessidades educativas especiais recebem uma educação mais adequada às suas características, e argumenta dizendo que:

relacionam-se com a noção de escola como espaço educativo aberto, diversificado e individualizado, em que cada criança possa encontrar resposta à sua individualidade, à sua diferença. A integração possui assim, a utilização máxima dos aspectos mais favoráveis do meio para o desenvolvimento total da sua personalidade. (CORREIA, 1999, p.19).

Após décadas de políticas e diversas conquistas, é preciso ainda neste momento construir outras possibilidades de ser deficiente e viver a experiência. Sem a pretensão de julgar as conquistas até o tempo atual, pretende-se apenas marcar o fato de que toda movimentação ainda se encontra estagnada sobre os discursos produzidos nos tempos passados.

Rech (2011) diz ser preciso pensar na inclusão como um movimento, como algo que se alterna, sendo derivado de marchas, visto pela sociedade como um acerto, mas que, a seu ver, ainda se encontra como algo precário.

Mesmo com a proliferação da preocupação com a inclusão social, no mercado de trabalho e educacional, sempre há algo de novo que pode ser pensado sobre esse assunto – depende de como e da posição que escolhemos para olhar e problematizar. (LOPES, 2011, p.8).

No entanto, com este estudo não pretende-se comparar os dois movimentos, integração e inclusão escolar, não objetiva-se julgar cada um. Perante as recorrências encontradas nos dados obtidos nos recortes, a intenção é de pensar no agir quando se fala na inclusão escolar, visando às práticas que governam a “inclusão”. Objetiva-se problematizar o caráter que é atribuído a inclusão, pensando nos discursos encontrados.

Para fundamentar o que foi pensado até o presente momento são relevantes as contribuições de Werneck (2000) quando ela introduz que existe uma linha tênue de diferença entre a integração e a inclusão.

Eu uso a palavra integração como resultado final. Integração é a culminância do processo de inclusão. Vou explicar por quê. Na integração, como ela tem sido feita no Brasil até hoje, a partir do conceito de normalização, o sistema de ensino não se modificou para receber o aluno. Temos a classe especial, que foi a primeira aproximação de um processo de integração, só que nessas classes, com raríssimas exceções, os alunos acabavam - e acabam - não participando de todas as atividades dentro da escola. Para haver inclusão é necessário modificação do sistema de ensino, envolvendo capacitação de recursos humanos do ensino regular, redução do número de alunos por sala e implementação de programas complementares de apoio, por exemplo. (Werneck, 2000, p.69).

Ao pensar em termo de educação inclusiva, logo remete a uma crise da escola moderna, porém, de discursos produzidos em tempos passados, podendo ser fruto de uma insuficiência histórica, de políticas, talvez, no que reflete ao número reduzido de ofertas e precariedade para a área educacional, estando ligada à habilitação, capacitação dos principais envolvidos, gerando numerosos problemas

críticos.

Klaus (2009) quando menciona o termo crise da escola moderna, refere-se ao processo de escolarização, este implicado na emergência de novas formas de vida; a emergência da gestão governamental, que discute sobre o alargamento das funções da instituição escolar na contemporaneidade e a importância da democratização, num mundo flexível, dinâmico e competitivo.

O que faz pensar sobre o princípio democrático de “educação para todos”? Onde que se evidencia tal princípio? Estaria nos discursos? *“Os pais ainda têm dificuldade de encontrar um colégio que de fato inclua as crianças.”* (16/12/2016) *“No entanto, ele admite que as universidades e escolas não estejam “plenamente” preparadas em relação à estrutura para receber os alunos deficientes.”* (29/12/2017).

Correia (1999) traz contribuições quando define o princípio da inclusão, que, segundo ele, vários autores atentam que a inclusão deve atender o aluno com necessidades educativas especiais, incluindo aqueles com necessidades mais severas, na classe regular com o apoio dos serviços de educação especial. E evidencia que o princípio da inclusão se dá no reconhecimento da necessidade de atuar com o objetivo de conseguir escola para todos, aceitando as diferenças e apoiando a aprendizagem, e que respondam de forma favorável as necessidades individuais.

As autoras Lasta e Hillesheim (2011) se propõem a analisar a forma com o qual o anormal aparece nos discursos no interior das políticas públicas de inclusão escolar, entendendo o governo como uma utilidade de poder, e afirmam:

essa noção possibilita um tipo de análise para a compreensão dos saberes produzidos através das/nas políticas públicas de inclusão escolar como práticas que giram em torno do sujeito anormal, de modo a discipliná-lo e ajusta-lo a um tipo de sociedade em formação – sociedade que se constitui a partir na norma, isto é, do que é normal. (LASTA; HILLESHEIM, 2011, p.87).

As autoras trazem suas contribuições pensando através do pressuposto das políticas públicas que produzem modos de ser e perceber o fazer da inclusão, através de um mundo compreendido a partir de determinados regimes de verdade. E que é mediante a estes regimes, das políticas públicas, que são distribuídos ou redistribuídos os serviços sociais que respondem às demandas da sociedade.

Werneck (2000) argumenta quando diz que, no Brasil existem 15 milhões de pessoas com deficiência, e que cada avanço no sentido da educação inclusiva, é

consequência direta da legitimação dos direitos. A educação inclusiva nasceu, e vem se fortalecendo dentro do ensino regular, de forma ambiciosa pela melhoria da qualidade da escolarização no mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino educacional, mesmo vivenciando desafios constantes perante as necessidades educacionais especiais, continua sendo de grande valia, tendo em vista que é um desafio a ser vencido a passos lentos, por se tratar de um processo dinâmico e complexo.

O processo de integração/inclusão das pessoas com Necessidade Educacionais Especiais é prioridade se pensando no ensino educacional, e deve ser respeitada sem discriminação, já que a educação é um direito de todos.

Hillesheim (2013) entende as políticas públicas a partir do “Estado em Ação” e argumenta que segundo Höfling (2001) as políticas públicas são responsabilidade do Estado, porém, envolvem organismos e agentes sociais que se relacionam à demanda proposta. Desta maneira o termo público se refere - a todos -, mesmo as políticas sendo reguladas pelo Estado, abrangem descrições controladas pelos cidadãos.

A luta pela igualdade deve ser de todos os cidadãos e principalmente dos profissionais da área, no sentido de incentivar, de sensibilizar a todos, para que desempenhem um papel ativo, como força para a garantia de direitos dos deficientes.

O fazer dos professores e profissionais engajados se mostraram de grande importância, sendo ele parte relevante do desenvolvimento dos educandos. Dedicção, força de vontade, e conhecimento podem tornar o processo menos denso e mais real e possível.

Glat (1997) diz que se pensando em educação inclusiva, acredita que as pessoas com deficiências podem vir a ter uma vida mais significativa e produtiva se saírem do seu ciclo fechado, vindo a participar da vida em comunidade. Fala do educando como figura essencial na representação do processo de inclusão, desta forma valorizando a escola como meio de socialização.

Após realizar este trabalho foi possível perceber o quanto ainda é preciso que se tenha um olhar atento por todos envolvidos, aluno, professor, família, escola e demais profissionais, mesmo sendo a escola a principal responsável pela efetivação e garantia dos direitos dos deficientes impostos nas leis e legislações.

A concretização da inclusão se apresenta relacionada a um importante passo em direção à efetivação do direito universal à igualdade, como uma evolução e

superação. O movimento da inclusão no início é visto como uma possibilidade, que ao longo do tempo, cede lugar ao movimento da inclusão como obrigação e dever.

Ao reler o trabalho, percebo algumas inquietações, e ao me questionar sobre, chego à conclusão que nunca irei conseguir dar conta de todos questionamentos sobre tal. No início eram algumas certezas, que, com a elaboração do mesmo, apareceram a confirmação de algumas desconfianças, e assim conseqüentemente, suscitando outras problematizações, na tentativa de alteração do cenário, este sustentado pelas legislações.

Tenho dificuldade de encerrar, mediante a tantos outros pontos que me desacomodaram, porém, deixo em aberto a discussão sobre meus novos questionamentos, podendo ser estes um impulso a novos estudos a serem realizados no campo da educação inclusiva.

## REFERÊNCIAS

ACORIS, Roberta. "Tenho 25 alunos e 5 inclusões". In: LOPES, M. C; HATTGE, M. D. (Orgs). *Inclusão escolar: Conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 169-184.

BRASIL. Declaração de Salamanca. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9394/ 96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. BRASIL.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm) Acesso em: set. de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: [http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf)> Acesso em: set de 2016.

BRIDI, Fabiane R. S. Formação continuada em educação especial: o atendimento educacional especializado. In: ROZEK, M; VIEGAS, L. T. (Orgs). *Educação Inclusiva: políticas, pesquisa e formação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 49-62.

CASTRO, R. C. M; FACION, J. R. A formação de professores. In: FACION, José Raimundo. (Org). *Inclusão Escolar e suas Implicações*. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2012. p.157-174.

CORREIA, Luís Miranda. *Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares*. Portugal: Porto Editora LTDA, 1999.

FORTES, F. S; DIEHL, R. C. O desafio na Implementação de Políticas Públicas de Educação em Direitos Humanos: o uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) como estratégias de inclusão social de crianças e adolescentes no Brasil. In: COSTA, M. M. M; RODRIGUES, H. T. (Orgs). *Direito e Políticas Públicas*. Curitiba: Multideia, 2015. p. 189-202.

GLAT, Rosana. Um novo olhar sobre a integração do deficiente. In: In: MANTOAN, Maria Teresa E. (Org). *A integração de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Editora SENAC, 1997. p.196-201.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: A (re)produção de identidades. *Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007. Disponível em:

<<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comunicacaomidiaconsumo/article/viewFile/6865/6201>> Acesso em: 24 nov. de 2016.

HILLESHEIM, Betina. É preciso incluir! Políticas públicas e o imperativismo da inclusão. In: CRUZ, L. R.; RODRIGUES, L.; GUARESCHI N. M. F. (Orgs) *Interlocuções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 23-30.

KLAUS, Viviane. Escola, modernidade e contemporaneidade. In: LOPES, M. C; HETTGE, D. (Orgs). *Inclusão escolar: Conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009. p.185-206.

LASTA, L. L; HILLESHEIM, B. Políticas públicas de inclusão escolar: a produção e o gerenciamento do anormal. In: THOMA, A. S; HILLESHEIM, B. (Orgs). *Políticas de Inclusão: gerenciando perigos e governando as diferenças*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 87-108.

LOCKMANN, K; TRAVERSINI, C. S. Saberes morais, psicológicos, médicos e pedagógicos e seus efeitos na inclusão escolar. In: THOMA, A. S; HILLESHEIM, B. (Orgs). *Políticas de Inclusão: gerenciando perigos e governando as diferenças*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p.35-56.

LOPES, Maura C. Inclusão como prática política de governamentalidade. In: LOPES, M. C; HATTGE, M. D. (Orgs). *Inclusão escolar: Conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p.107-130.

LOPES, Maura C. Políticas de inclusão e governamentalidade. In: THOMA, A. S; HILLESHEIM, B. (Orgs) *Políticas de Inclusão: Gerenciando riscos e governando as diferenças*. Ed.1. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 7-15.

LOPES, E; MARQUEZINE, M. C. *Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores*. Ver. Bras. Educ. espec. Vol18 n.3. Marília: 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382012000300009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000300009&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 15 jun. de 2017.

MACHADO, Fernanda C. Ser professor em tempos de diversidade: uma análise das políticas de formação docente. In: THOMA, A. S; HILLESHEIM, B. (Orgs) *Políticas de Inclusão: Gerenciando riscos e governando as diferenças*. Ed.1. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 57-69.

MANTOAN, Maria Teresa E. Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para os professores?. In: MANTOAN, Maria Teresa E. (Org). *A integração de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Editora SENAC, 1997. p.119-127.

MARIN, M; BRAUN, P. Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar. In: GLAT, R; PLETSCH, M. D. (Orgs). *Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013. p.49-64.

MATISKEI, Angelina C. R. M. *Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas*. Revista Educar, n.23. Curitiba: Editora UFPR, 2004. p.185-202 Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n23/n23a12.pdf>> Acesso em: 4 de abr. de 2017.

MAZZOTTA, Marcos J. S.. *Fundamentos da educação especial*. 1 ed. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia LTDA, 1982.

MAZZOTTA, Marcos J. S. *Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELO, S. C; LIRA, S. M; FACION, J. R. Políticas Inclusivas e Possíveis Implicações no Ambiente Escolar. In: FACION, José Raimundo (Org). *Inclusão Escolar e suas Implicações*. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2012. p. 49-70.

MENDES, Enicéia G. *A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33. [S.l.], 2006. p. 387-405. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>> acesso em: 28 de set de 2016.

MENEZES, A; CRUZ, G. C. Estratégias de formação de professores para a inclusão escolar de alunos com autismo. In: GLAT, R; PLETSCH, M. D. (Orgs). *Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013. p.127-142.

MINETTO, Maria Fátima. *Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio*. 1ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.

PINTO, M. L. S; DAUDT, L. A Educação Inclusiva no Brasil: experiências e perspectivas. In: RÜCKERT, F. Q; SOUZA, J. E. (Orgs). *A escola pública no Brasil: temas e problemas*. Porto Alegre: Ed. Evangraf, 2012. p. 92-103.

PLETSCH, M. D; GLAT, R. Plano educacional individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar. In: GLAT, Rosana. *Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013. p.17-32.

RABÊLLO, Roberto S. A formação continuada do professor de arte na perspectiva de uma educação inclusiva. In: DÍAZ, F. ET AL. (Orgs) *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 347-357. Disponível em: < <http://static.scielo.org/scielobooks/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285.pdf> > Acesso em: 15 de jun. de 2017.

RECH, Tatiana L. A emergência da inclusão escolar no Brasil. In: THOMA, A; HILLESHEIM, B. (Org). *Políticas de Inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011, p.19-34.

ROOS, Ana Paula. Sobre a (in)governabilidade da diferença. In: LOPES, M. C; HATTGE, M. D. (Orgs). *Inclusão escolar: Conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 13-32.

ROZEK, Marlene. A formação docente: tensões e possibilidades. In: ROZEK, M; VIEGAS, L. T. (Orgs). *Educação Inclusiva: políticas, pesquisa e formação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p.13-36.

SALVADOR, Ângelo Domingos. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. 2ªed. Porto Alegre, Livraria Sulina Editora, 1970.

SARAIVA, K; LOPES, M. C. *Educação, inclusão e reclusão*. Currículo sem fronteiras. V.11, N.1. [S.l.], 2011. p.14-33. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss1articles/saraiva-lobes.pdf>>. Acesso em: 8 de maio de 2017.

SILVA, M. F. M. C; FACION, J. R. Perspectivas da inclusão escolar e sua efetivação. In: FACION, José Raimundo. (Org). *Inclusão Escolar e suas Implicações*. Curitiba. Ed. Intersaberes, 2012. p.175-205.

SOUZA, I. F; MACHADO, R. R. Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes no Brasil Contemporâneo. In: COSTA, M. M. M; RODRIGUES, H. T. (Orgs). *Direito e Políticas Públicas*. Curitiba: Multideia, 2015. p. 55-72 .

VEIGA-NETO, A. *Incluir para saber. Saber para excluir. Pro-Posições* Vol.12. n.2-3. Campinas, 2001. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/3536-dossie-veiga-netoa.pdf>> Acesso em: 14 de maio de 2017.

VEIGA-NETO, A; LOPES, M. C. *Inclusão e governamentalidade*. Educ. Soc. Vol.28. n.100. Campinas, 2007. p. 947-963. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1528100.pdf>> Acesso em: 13 de maio de 2017.

VEIGA-NETO, A; LOPES, M. C. *A inclusão como dominação do outro pelo mesmo*. Pedagogia e Saberes. n.36. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/PYS/article/viewFile/1806/1776>> Acesso em: 13 de maio de 2017.

WERNECK, Claudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*. 2ed. Rio de Janeiro: 2000.